

INTRODUÇÃO

Os documentos de prestação de contas são elementos legais e obrigatórios de qualquer entidade pública e, portanto, também das autarquias locais, que devem traduzir com rigor as execuções orçamental, patrimonial e económica da respetiva entidade, aferida a um determinado período de tempo, usualmente 1 ano civil.

É da competência do Órgão Executivo a elaboração e a aprovação dos documentos que consubstanciam a prestação de contas, bem como submete-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito, conforme referido no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Órgão Executivo deve remeter os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 do mês de abril, conforme preconiza o nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, alterada pela Lei nº 20/2015, de 9 de março.

Os documentos agora apresentados foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas referidas no Plano Oficial de Contas, às Instruções nº 1/2001, aprovadas pela Resolução nº 4/2001 da 2ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na IIª Série do Diário da República de 18 de agosto de 2001.

O Regime de Contabilidade Autárquica legalmente estabelecido (POCAL) determina a elaboração do Relatório de Gestão como elemento a integrar nos documentos de prestação de contas.

Da prestação de contas que ora se apresenta faz parte o parecer e a certificação legal exigida, elaborada por auditor externo, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/3013, de 3 de setembro.

1 – Enquadramento macro-económico

Algumas breves notas que caracterizam globalmente a situação internacional em que estamos inseridos durante o ano de 2015:

- Abrandamento da crise financeira iniciada em 2008 em boa parte do chamado mundo ocidental (Europa e América), podendo mesmo ousar dizer-se que, no caso dos EUA, tal crise estará, se não ultrapassada, pelo menos esquecida. Paralelamente, nas regiões não expostas significativamente a esta crise, assistiu-se a consideráveis diminuições das taxas de crescimento económico que se vinham registando nos últimos anos.
- Conflitos de âmbito regional, com maior incidência na parte norte de África e em zonas delimitadas na Europa.
- Vaga sem paralelo de movimentos migratórios, com claras perturbações sociais, económicas e políticas, em largos espaços do mundo e colocando em evidência incapacidade de resposta dos poderes políticos dominantes.

A nível europeu foi especialmente relevante a crise migratória originada pela fuga de milhares de cidadãos de zonas de guerra. Mas outros fatores estiveram em evidência neste espaço continental, destacando-se:

- Muito Frágil crescimento económico – na zona euro, com um PIB de +1,5%, na UE, com um PIB de +1,8% – claramente insuficiente para ter impactos profundos no desemprego, tal como se manifesta insuficiente permitir atingir um patamar de solidez económica, que continua por verificar.
- Uma contínua preocupação com uma possível deflação na economia, determinando intervenções dos bancos emissores, bem mais preocupados com a necessidade de impedir tal cenário, que estimular o crescimento económico ou o bem-estar dos povos. Para esta preocupação das autoridades monetárias europeias, muito contribuiu a acentuada descida do preço do barril de petróleo.
- O receio de uma alteração significativa nas fronteiras da UE, com as ameaças de saída do espaço comunitário de um país como a Inglaterra
- Por fim confirmou-se uma realidade absurda, gratuita e discricionária: a Europa, desde o início do século, é palco de cíclicos atentados visando a sua própria sociedade civil, e não um grupo, uma facção, interesses específicos ou um concreto poder - de alguma forma às austeridades ditadas pelos poderes mercantis, somam-se novas, extremas e irreversíveis austeridades dirigidas ao próprio ser humano.

Ao contrário das previsões iniciais do Governo, que então estimava que o crescimento do PIB se faria sobretudo à custa do consumo privado, os elementos já conhecidos (até 30 de setembro de 2015) colocam as exportações como fator principal (6,03%), seguido da formação bruta de capital fixo (investimento com 5,4%) e só então o consumo privado aparece com um incremento de 2,6%. Registe-se entretanto que todos estes indicadores – mas sobretudo os dois primeiros – atingem os valores indicados por força do respetivo comportamento no primeiro semestre de 2015, apresentando incrementos bem menores no último período referido.

No relatório que acompanhou a prestação de contas de 2014, demonstrámos então através de dados estatísticos relativos ao desemprego local, que a realidade do todo nacional não tem idêntico reflexo em cada uma das partes territoriais que o compõem. Sem necessidade, julga-se, de novo, conferir elementos estatísticos nacionais e locais, não existirá qualquer fundamento que sustente a possibilidade de ter, a este nível, ocorrido alteração de vulto.

Em todo o caso, será útil conferir os valores conhecidos mais recentes (novembro de 2015) relativos às taxas de emprego e de desemprego e compará-los com os valores do mês homólogo de 2014, já que existe a percepção deste indicador ter, por regra, menor variação territorial:

	Taxa de emprego	Taxa de desemprego	Taxa desemp. jovem
novembro de 2014	56,5	13,5	33,3
novembro de 2015	57,4	12,4	33,4

Fonte: Boletim estatístico do Banco de Portugal. janeiro 2016

Ou seja, apesar da taxa de desemprego ter caído 1,1%, o emprego apenas melhorou 0,9% e, pior, a taxa de desemprego jovem agravou-se em 0,1%.

Antes de nos centrarmos especificamente na situação do Município de Alcácer do Sal, apenas mais um olhar sobre um relevante indicador do todo nacional. Referimo-nos à dívida por setor, apresentando-se de seguida os dados de 2011 a 2015:

	(10 ⁶ euros)				
	2011	2012	2013	2014	2015 (1)
Adm. Central	216.934	242.086	253.925	268.854	275.759
Adm. Reg. e Local	14.484	14.083	13.594	12.738	12.577
F. Seg. Social	5	4	2	1	2
Empresas Públicas	51.619	47.758	47.718	44.680	42.847
Empresas Privadas	274.308	278.792	273.136	264.608	261.281
Particulares	163.941	159.703	155.021	147.599	144.041

Fonte: Boletim estatístico do Banco de Portugal. janeiro 2016

(1) novembro

O problema representado pela excessiva dívida do País está bem retratado no quadro supra: no setor público, a Administração Central e, secundariamente, as Empresas Públicas; no setor privado, as Empresas Privadas e, secundariamente, os Particulares.

No entanto, provavelmente o mais grave nem sequer está naquela evidência: porventura o mais grave é que, apesar da contração generalizada do volume da dívida em todos os setores nestes anos ditos de crise financeira, sobressai uma exceção: A Administração Central do Estado.

Fica igualmente evidente que a administração local contribuiu de forma evidente, desde há vários anos, para a diminuição do défice público.

2- Análise na ótica Orçamental – 2015.

Como é habitual vamos iniciar esta análise focando a atenção nas receitas arrecadadas no exercício em apreço e, bem assim, da sua variação com idêntico indicador de anos recentes. Globalmente, e como se verá a seguir com maior detalhe, em comparação com o ano anterior, 2015 revelou ser um ano de recuperação de receitas, quer das **Receitas Correntes**, com um incremento de 7,24%, quer das **Receitas de Capital**, as quais registaram uma subida de 122,62%. Considerando ambos, o acréscimo médio foi de 11,64%.

No quadro seguinte verifique-se e comparem-se os registos dos valores relativos à Receita Municipal:

QUADRO I EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

(em euros)

Anos	2011	2012	2013	2014	2015
Rubricas					
Impostos Diretos	2.548.888,60	1.921.384,50	3.808.451,07	2.899.170,55	2.945.264,96
Impostos Indiretos	91.677,39	1.373.293,59	1.537.346,38	40.305,48	50.786,91
Taxas, Multas e Outras	458.195,98	276.256,93	275.152,03	272.328,87	280.954,22
Rendimentos Propriedade	905.876,07	766.697,56	822.179,44	871.626,39	1.050.924,25
Transferências Correntes	6.770.595,12	6.462.442,97	7.777.045,06	8.407.377,90	8.707.256,45
* Fundo Eq. Fin. Corrente	5.983.507,00	5.663.843,00	6.970.883,00	7.626.925,00	7.956.661,00
* Estado- Proj. Cofinanciados	33.856,46	20.098,70	0,00	0,00	0,00
* Outras	753.231,66	778.501,27	806.162,06	780.452,90	750.595,45
Venda Bens	665.327,95	617.701,97	567.707,81	530.098,75	562.072,53
Venda de Serviços	298.849,36	269.614,40	272.491,13	309.206,56	746.699,06
Rendas	27.798,06	45.676,99	47.639,51	41.053,31	36.663,80
Outras Receitas Correntes	21.894,98	137.846,45	70.823,14	93.475,55	58.753,01
TOTAL RECEITAS CORRENTES	11.789.103,51	11.870.915,36	15.178.835,57	13.464.643,36	14.439.375,19
Venda Bens Investimento	122.075,17	263.713,06	60.675,61	18.981,37	328.191,81
Transferências de Capital	4.978.755,60	4.283.948,71	2.375.762,86	1.109.987,69	2.170.893,72
* Fundo Eq. Fin. Capital	3.221.889,00	3.049.762,00	1.742.721,00	847.436,00	884.073,00
* Estado- Proj. Cofinanciados	1.593.169,02	1.234.186,71	633.041,86	262.551,69	1.286.820,72
* Outras	163.697,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	13.601,94	287,48	18.388,21	55.199,77
T. RECEITAS CAPITAL	5.100.830,77	4.561.263,71	2.436.725,95	1.147.357,27	2.554.285,30
Rep. não Abat. nos Pagam.	556,00	91,02	21.056,92	384,85	200.092,34
Saldo orçamental	1.343.420,74	729.144,46	837.698,15	1.566.267,61	867.415,04
T. OUTRAS RECEITAS	1.343.976,74	729.235,48	858.755,07	1.566.652,46	1.067.507,38
TOTAL DAS RECEITAS	18.233.911,02	17.161.414,55	18.474.316,59	16.178.653,09	18.061.167,87

Do conjunto de rubricas que compõem as **Receitas Correntes**, merecem especial atenção os *Impostos Diretos* – que serão detalhados mais à frente – os *Rendimentos de Propriedade*, a *Venda de Serviços* e as *Outras Receitas Correntes*.

Quanto aos *Rendimentos de Propriedade*, verificou-se um acréscimo de 20,57%, essencialmente em resultado de terem sido recebidos os valores dos desvios tarifários ocorridos no período de 2011 a 2014.

No caso da *Venda de Serviços* o acréscimo registado é bem mais significativo – 141,49%. Este incremento resultou fundamentalmente da maior eficácia e eficiência dos serviços, conjugada com as decisões de gestão assumidas, relativamente às áreas do saneamento e da recolha de resíduos, repondo uma situação de ilegalidade que vinha sendo, desde há demasiados anos, apenas empurrada para a frente. Tratou-se, porventura, duma das decisões executivas que vão marcar este mandato.

Finalmente no caso das *Outras Receitas Correntes*, verificou-se uma quebra de 37,15%: neste caso, que em valor tem importância reduzida, aquela redução resulta do esforço dos serviços numa mais adequada classificação das receitas, evitando, tanto quanto possível, a utilização desta rubrica residual.

Do lado das **Receitas de Capital**, importa esclarecer duas rubricas, a *Venda de Bens de Investimento* e as *Participações em projetos cofinanciados*.

O acréscimo registado na *Venda de Bens de Investimento* – superior a 1600% - ainda que mantenha um valor não determinante, resultou do desenvolvimento de dois processos: por um lado, da renegociação de um direito de superfície (posto de abastecimento existente na Freguesia da Comporta), cujo prazo inicial entretanto tinha findado; por outro lado, concluiu-se a transferência de propriedades, já sob gestão da AGDA, mas ainda não formalmente transmitidas.

Quanto às *Participações em Projetos Cofinanciados* verificou-se uma situação prevista no relatório homólogo do ano transato e que resulta, como então já era referido, do investimento no Centro de Educação Pré-Escolar de Alcácer do Sal (Morgadinho) e do fecho, com a elaboração dos correspondentes relatórios finais, de diversos investimentos entretanto fisicamente já realizados.

Ao contrário do habitual, há necessidade de explicar o valor constante da rubrica *Reposições não Abatidas nos Pagamentos*, em função da grandeza do valor apurado, que não tem forma de comparação com qualquer outro ano: tal deve-se, em mais de 90% do valor registado, à reposição do valor apurado quanto aos desvios tarifários verificados entre 2009 e 2014.

Antes de se detalhar a área dos *Impostos Diretos*, vejam-se os gráficos seguintes que explicitam o peso estrutural das **Receitas Correntes** e das **Receitas de Capital**:

GRÁFICO I
ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

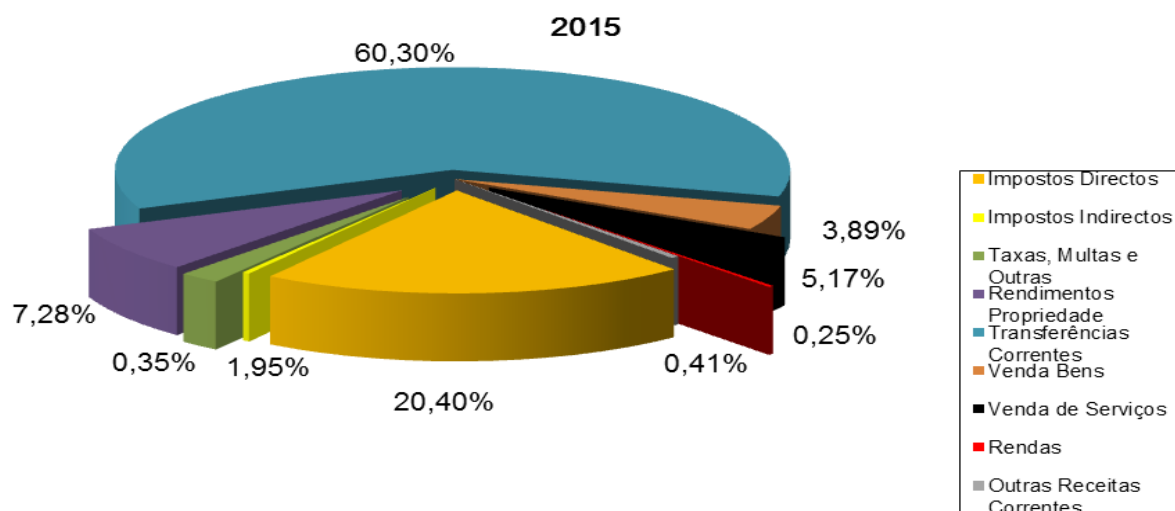
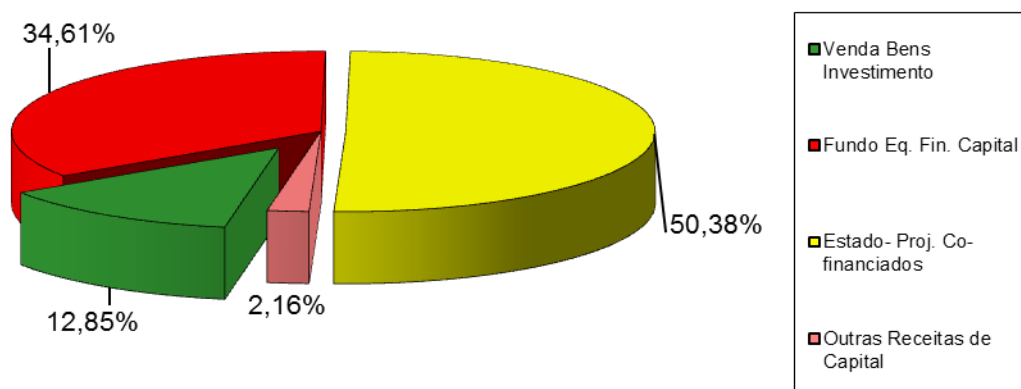


GRÁFICO II
ESTRUTURA DAS RECEITAS CAPITAL



Relativamente à estrutura apresentada referente ao final de 2014, saliente-se a forte alteração verificada na estrutura das **Receitas de Capital**, com os acréscimos substanciais de todas as rubricas consideradas, à exceção – e à custa – das *Transferências de Capital* com origem no Orçamento do Estado, o que configura uma posição mais independente do Município.

Analisando agora o comportamento dos *Impostos Directos* recebidos durante 2015, atente-se nos dados constantes do quadro seguinte:

QUADRO II
EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS DIRETOS

(em euros)

Anos	2011	2012	2013	2014	2015
Rubricas					
IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis	1.151.792,91	1.094.027,51	1.536.085,69	1.938.334,27	1.420.764,08
IUC - Imposto Único de Circulação	182.008,75	205.363,23	254.892,51	234.662,78	227.698,89
IMT - Imposto Municipal Trans. Onerosas	701.320,30	434.760,80	1.674.911,16	595.359,89	1.296.062,14
Derrama	148.806,71	187.232,96	342.561,71	130.766,35	739,85
Impostos Abolidos	364.959,93	0,00	0,00	47,26	0,00
TOT. IMPOSTOS DIRECTOS	2.548.888,60	1.921.384,50	3.808.451,07	2.899.170,55	2.945.264,96

Ao invés do ano anterior, o indicador dos *Impostos Diretos* inverteu a tendência de descida então registada, apresentando agora um tímido crescimento de 1,59%.

Mas o que é porventura surpreendente é tal não se ficar a dever a acréscimos do IMI ou do IUC, como seria espetável, mas a um forte aumento do IMT (o Imposto que alguns queriam retirar da esfera autárquica).

E não menos surpreendente será a acentuada descida registada do lado do IMI – imposto que tem todas as características para ser de elevada estabilidade – o qual se reduz em 26,7%. Porquê? Provavelmente a explicação deste decréscimo resulta da conjugação de três fatores, a saber:

- Um mais eficaz aproveitamento, por parte dos proprietários de imóveis, das possibilidades de redução ou isenção dos valores de imposto a pagar;
- A circunstância da comparação ora efetuada ter por base um ano de receita excecional, eventualmente derivada duma maior eficácia dos serviços tributários na área das execuções fiscais;
- Finalmente, a circunstância dos sujeitos passivos deste imposto não terem cumprido as suas obrigações fiscais, eventualmente, entre outros motivos, em função da crise de rendimentos que afetam muitas famílias. Quanto a este o que pudemos quantificar foi que em 31 de dezembro de 2015, o valor acumulado em atraso destinado ao Município de Alcácer do Sal e apenas relativo a este imposto, era superior a 200 mil euros.

Quanto à Derrama, a quebra abrupta verificada, ficou-se a dever essencialmente a uma devolução de parte deste imposto reportado, quase na totalidade, à cobrança do ano 2007. Esta devolução não só fez cair a cobrança de 2015 para valores simbólicos, como também irá influenciar negativamente, o ano de 2016.

Anote-se por fim que, pelo segundo ano consecutivo se verificam reduções na receita recebida em IUC, o que, de alguma maneira, contraria a difundida ideia de alguma recuperação, quer dos particulares, quer das empresas.

O gráfico seguinte permite avaliar o peso relativo de cada um dos *Impostos Diretos*, registando-se substanciais alterações estruturais no peso relativo de cada um, em comparação com o exercício de 2014:



Importa agora verificarmos o comportamento da **Despesa Municipal**, começando por apresentar os valores registados no último quinquénio:

QUADRO III EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

(em euros)

Anos	2011	2012	2013	2014	2015
Rubricas					
Despesas com Pessoal	6.287.339,85	5.632.067,89	6.072.906,68	6.750.716,58	7.183.465,00
Aquisição de Bens	997.356,76	1.452.527,62	1.559.331,12	1.570.187,14	1.595.482,86
Aquisição de Serviços	3.197.137,54	3.221.406,08	3.145.316,95	3.735.870,61	3.427.009,38
Juros e Outros Encargos	103.428,64	47.887,93	19.770,56	24.941,40	8.590,72
Transferências Correntes	806.240,59	1.246.629,09	1.487.193,38	1.239.950,21	1.352.395,82
* Administração Local	227.292,38	248.843,43	277.333,21	244.761,66	230.369,88
* Inst. Sem Fins lucrat.	443.660,05	435.935,98	445.717,74	415.060,72	413.999,03
* Outras Transferências	135.288,16	561.849,68	764.142,43	580.127,83	708.026,91
Subsídios	1.367.810,81	1.391.792,65	1.294.380,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	138.897,42	182.643,40	148.009,90	82.643,94	185.423,42
T. DESPESAS CORRENTES	12.898.211,61	13.174.954,66	13.726.908,59	13.404.309,88	13.752.367,20
Investimento	3.112.378,20	733.179,01	828.567,03	655.516,04	2.034.838,89
* Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
* Habitações	5.072,67	110,69	1.624,65	619,56	0,00
* Edifícios	2.436.615,25	518.085,87	633.504,05	158.636,04	1.074.061,57
* Construções Diversas	208.351,62	36.562,59	49.588,44	0,00	158.451,50
* Outros Investimentos	462.338,66	178.419,86	143.849,89	496.260,44	772.325,82
Bens do Domínio público	1.049.530,87	2.097.709,91	1.902.043,67	867.989,37	118.078,76
Transferências de Capital	326.865,97	247.264,68	424.661,60	211.848,06	162.598,82
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	118.512,00
Passivos Financeiros	190.568,75	190.815,43	145.501,06	110.093,14	69.282,23
Outras Despesas de Capital	0,00	47.948,00	0,00	103.897,07	0,00
TOTAL DESPESAS CAPITAL	4.679.343,79	3.316.917,03	3.300.773,36	1.949.343,68	2.503.310,70
TOTAL da DESPESA	17.577.555,40	16.491.871,69	17.027.681,95	15.353.653,56	16.255.677,90

Se, globalmente como já foi referido, a **Receita Municipal** teve um acréscimo de 11,64%, agora verificamos que a **Despesa Municipal**, também apresente um incremento, mas de menor impacto, fixando-se em 5,87%, em resultado dum efeito conjugado das **Despesas Correntes** que cresceram 2,6% e das **Despesas de Capital**, cujo acréscimo alcançou os 28,42%.

Aprofundando as situações relevantes, do lado das **Despesas Correntes**, regista-se que as *Despesas com Pessoal* apresentaram um acréscimo de 6,41%, essencialmente em resultado de agora serem considerados 4 meses de vencimentos do pessoal internalizado da EMSUAS e da reposição de 20% dos

vencimentos dos funcionários que sofreram cortes salariais. Adiante desagregaremos com maior detalhe as *Despesas com Pessoal*, dada a relevância e o peso que esta despesa representa no todo municipal.

No caso das *Transferências Correntes* registou-se um acréscimo de 9,07%, sendo que os valores das diversas componentes são muito semelhantes aos verificados no ano transato, com exceção das *Outras Transferências*: neste caso o aumento registado foi o resultado de colmatar o prejuízo registado na EMSUAS, pelo acréscimo do custo da componente fixa da água disponibilizada pela AGDA e por um agravamento significativo do suporte financeiro a uma associação de municípios a que o Município pertence.

Importa agora assinalar que o maior acréscimo percentual verificou-se nas *Outras Despesas Correntes* - 124,36% - o que merece ser explicado. Duas únicas despesas justificam este acréscimo: por um lado, uma restituição de IMT de anos anteriores de mais de 57 mil euros; por outro, uma indemnização acordada com uma empresa a quem, em tempos, tinha sido adjudicada uma empreitada que, por motivo imputável ao Município, nunca chegou a ser realizada, no valor de 38 mil euros.

Ainda e finalmente do lado das Despesas Correntes, realcem-se os decréscimos registados nas rubricas *Aquisição de Serviços* (-8,27%) e nos *Juros e Outros Encargos* (-65,56%).

Entrando agora nas **Despesas de Capital**, destaque-se o acréscimo dos valores do *Investimento* que cresceram cerca de 1,4 milhões de euros e, depois de vários anos com valores residuais, apresenta um valor significativo. A componente dos *Investimentos em Edifícios* foi a principal responsável por esta forte subida do valor deste indicador, assumindo um peso muito acentuado a construção do Centro de Educação Pré-Escolar de Alcácer do Sal (Morgadinho).

Não se deixa de realçar, até por ser inédito no último quinquénio, um *Investimento em Terrenos*, o qual se refere a uma única situação que, aliás, terá continuidade em 2016: tratou-se de iniciar a concretização de um acordo estabelecido com entidades privadas quanto à regularização da posse de áreas de terrenos, há muito utilizados pela Autarquia, mas que não eram sua propriedade.

Ainda três breves notas, a primeira para referir que a rubrica *Outros Investimentos* inclui os investimentos na área da informática que representaram mais de 122 mil euros; a aquisição duma nova varredora urbana – cerca de 150 mil euros; a aquisição de duas viaturas, uma de transporte de passageiros, outra de transporte de mercadorias – cerca de 47 mil euros; uma grande reparação num dos Galeões – quase 25 mil euros; uma forte renovação em contentores de recolha de resíduos – cerca de 52 mil euros; equipamentos destinados às redes de águas – cerca de 15 mil euros; equipamentos destinados a escolas – cerca de 30 mil euros; equipamentos destinados às piscinas – cerca de 25 mil euros; a recuperação do skatpark – mais de 47 mil euros; equipamentos elétricos – cerca de 27 mil euros.

Uma segunda para evidenciar que a totalidade do montante a que se refere a rubrica Ativos Financeiros se refere à imposição a que estamos a ser sujeitos no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM).

E, finalmente, uma terceira para registar o forte decréscimo, depois de vários anos consecutivos com alocações de recursos muito expressivas, na componente *Bens do Domínio Público*.

O peso relativo das **Despesas Correntes** e das **Despesas de Capital** vem bem evidenciado nos gráficos seguintes:

GRÁFICO IV
ESTRUTURADA DAS DESPESAS CORRENTES
2015

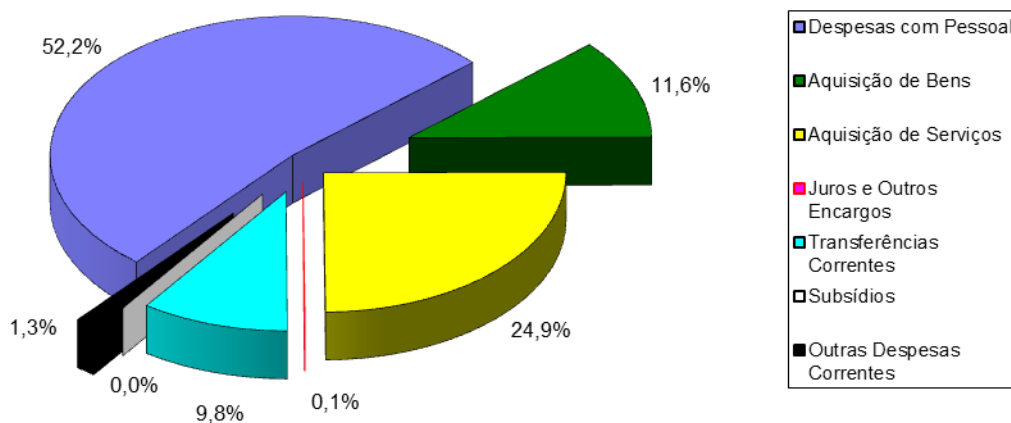
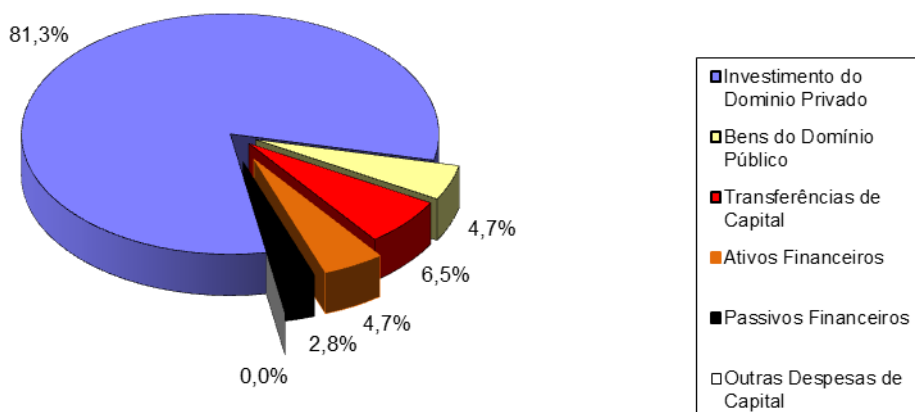


GRÁFICO V
ESTRUTURADA DAS DESPESAS DE CAPITAL
2015



Tal como já foi referido, de seguida vão ser apresentados diversos elementos das *Despesas com Pessoal*, dado o peso que estas têm no conjunto das **Despesas** em geral e das **Despesas Correntes**, em particular. Retoma-se assim uma prática abandonada em 2012, que se entende recuperar em nome duma maior transparência pública da organização. Veja-se a evolução registada no último quinquénio, quanto a este tipo de despesa:

QUADRO IV

DESPESAS COM PESSOAL

(em euros)

Anos	2011	2012	2013	2014	2015
Rubricas					
Memb. Órgãos Autárquicos	142.261,72	121.627,44	141.588,38	144.708,02	140.553,82
Pessoal Quadros em Funções	3.059.824,55	2.974.729,35	3.001.988,97	2.935.538,51	3.363.354,42
Pess. Contratado a Termo	206.390,04	143.924,63	101.830,61	5.424,39	6.050,96
Pess. Reg. Tarefa/Avença	128.073,69	116.677,82	133.773,18	278.858,71	357.745,41
Pess. Aguardando Aposentação	13.188,42	5.111,17	605,73	10.709,35	2.144,36
Pessoal Qualq. Outra Situação	243.539,98	244.055,59	239.449,57	621.533,73	319.367,16
Despesas de Representação	33.340,64	33.521,70	34.748,34	37.460,16	37.175,98
Subsídio de Refeição	371.142,27	368.760,21	361.722,95	412.463,35	408.639,61
Sub. Férias e de Natal	637.770,69	252.302,58	573.477,33	583.836,05	634.269,31
Rem. Doença, Mater. e Pater.	44.015,13	59.320,09	28.002,23	49.208,23	94.031,59
Horas Extraordinárias	273.547,89	213.630,59	177.138,71	221.584,68	213.497,29
Ajudas de Custo	27.838,75	22.413,60	15.704,24	24.282,19	42.757,36
Abono para falhas	4.375,17	4.607,63	3.903,64	8.985,15	15.350,02
Sub. de Turno	36.783,60	36.543,90	36.602,55	54.009,64	65.864,91
Indemn. Cessação de Funções	33.742,23	13.799,65	6.908,51	1.332,10	0,00
Outros Supl. e Prémios	19.772,12	21.585,31	19.237,22	15.916,59	14.315,21
Encargos com a Saúde	159.647,72	163.562,34	184.892,04	141.498,44	176.280,71
Outros Encargos com a Saúde	46.627,70	57.582,54	39.097,73	35.165,23	47.596,34
Subs. Familiar Crianças/Jovens	38.466,06	35.888,58	35.736,79	37.627,94	33.428,67
Outras Prest. Familiares	2.895,24	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições CGA	492.740,74	415.359,50	619.024,36	728.267,64	763.181,99
Contribuições Regime Geral	158.498,16	207.340,41	199.819,47	217.441,37	385.197,07
Outras Cont. para a Seg. Social	44.560,07	39.613,27	60.230,08	122.524,39	0,00
Acidentes em Serv./Doenç. Pro.	0,00	0,00	0,00	0,00	5.807,88
Outras Pensões	9.248,81	33.983,89	14.862,19	11.296,06	4.805,55
Seguros	39.517,40	31.236,41	34.418,91	37.045,50	39.916,76
Outras Despesas Seg. Social	19.531,06	14.889,69	8.142,95	13.999,16	12.132,72
Deslocações e Estadas	6.343,31	4.620,94	5.131,71	5.691,57	6.328,15
TOTAL DESPESAS PESSOAL	6.293.683,16	5.636.688,83	6.078.038,39	6.756.408,15	7.189.793,25

Já foi referido que houve um acréscimo das *Despesas com Pessoal* de 6,41% e já se adiantaram os dois principais fundamentos de tal acréscimo. Desde já se esclarece que o valor global apresentado no quadro supra é diferente do total da classe económica 01, uma vez que se entendeu dever anexar uma rubrica do grupo das aquisições de serviços, no caso a rubrica *Deslocações e Estadas*.

Se agora incidirmos a nossa atenção nas várias componentes apresentadas, verificamos desde logo o crescente peso que vêm assumindo os encargos sociais inerentes ao trabalho por conta de outrem da responsabilidade da entidade patronal. Como melhor se verifica no gráfico VI, inserido mais à frente, o conjunto das obrigações do Município para com a Caixa Geral de Aposentações e para com a Segurança Social ascendeu a mais de 1,1 milhões de euros, só por si pesando mais de 15% do total das *Despesas com Pessoal*. Para este crescimento, designadamente nos dois últimos anos, pesaram fortemente a internalização de dois terços dos funcionários da extinta empresa municipal e os acréscimos da percentagem dos encargos que foram nacionalmente decididos durante o Governo anterior.

Por outro lado note-se o incremento significativo das despesas com *Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença* – +28,29% - como forma de dotar a autarquia de meios essencialmente técnicos que os obstáculos legislativos criados – e só muito recentemente, parcialmente afastados – não permitiam enquadrar por outras vias.

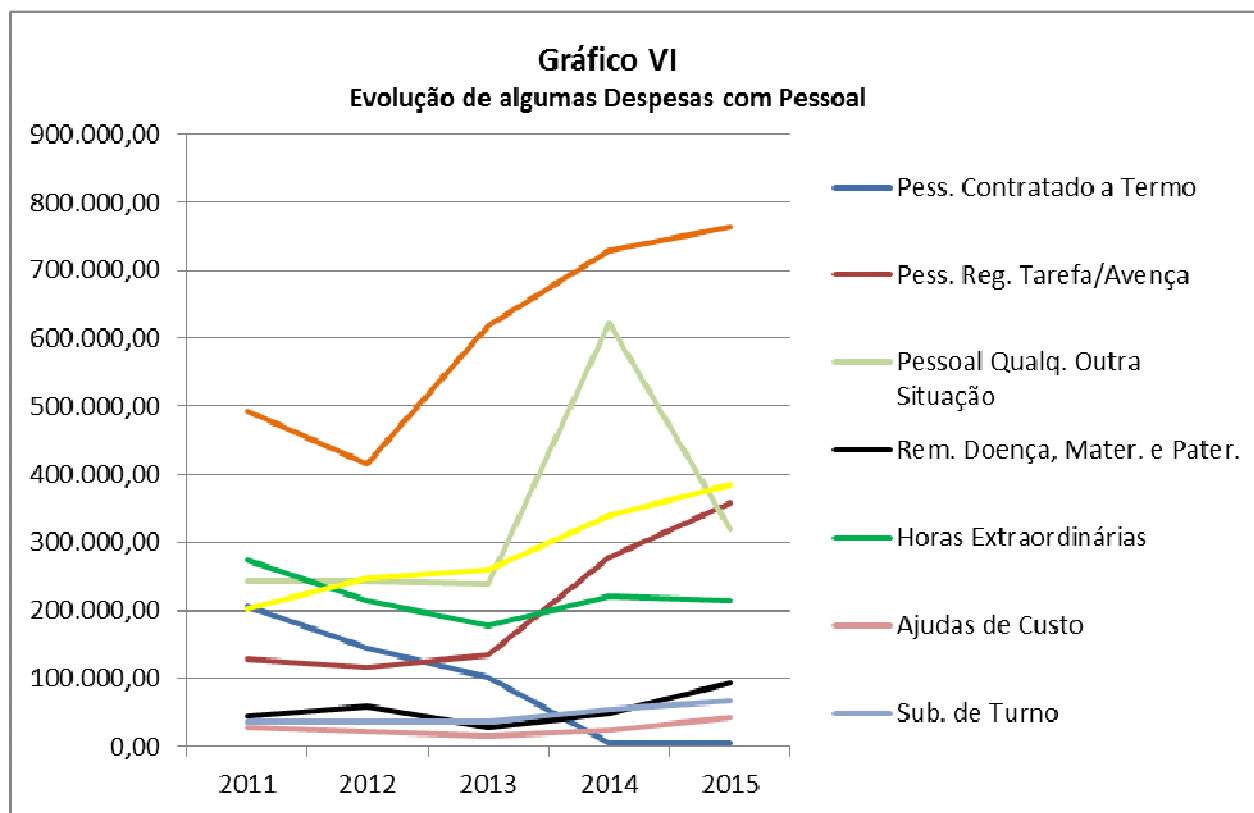
Em sentido contrário, dever-se-á assinalar o decréscimo dos encargos com *Pessoal Contratado a Termo* que depois de forte redução de 2013 para 2014 (-94,67%) em 2015 mantém um valor meramente residual.

Registam-se subidas apreciáveis nas rúbricas Ajudas de Custo e Abono para Falhas: no primeiro caso estar-se-á porventura a traduzir os encargos inerentes a prestações de serviços operacionais em áreas periféricas de um Município de grande dimensão territorial, como é o caso de Alcácer do Sal; no segundo caso o incremento apresentado traduz a extensão de um direito, que não era exercido, à generalidade dos trabalhadores que se enquadram nas disposições legais aplicáveis.

Uma breve nota para assinalar o que parece ser um elevado controlo das despesas com *Horas Extraordinárias* que depois de um “ pico” registado em 2011, vem apresentando valores anuais que, em relação à média dos últimos 4 anos, apresenta desvios máximos mensais inferiores a 2.500,00€ .

Uma última observação para realçar o impressionante acréscimo registado nas despesas com a Remuneração por Doença, Maternidade e Paternidade, + 91,09%, tradução numérica de um forte aumento de ausências ao serviço, situação preocupante que o Balanço Social não deixará de evidenciar.

O gráfico VI, a seguir inserido, permite visualizar com clareza o comportamento de nove das rubricas selecionadas do quadro IV, ao longo dos últimos cinco anos:



Depois de 3 anos consecutivos de reduções na alocação de recursos destinados ao *Investimento* (incluindo o investimento em *Bens do Domínio Público*), em 2015 foi possível inverter esta tendência, registrando-se um incremento de 41,34%.

Veja-se, no quadro VI a evolução desagregada deste indicador da atividade municipal:

QUADRO V EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO

(em euros)

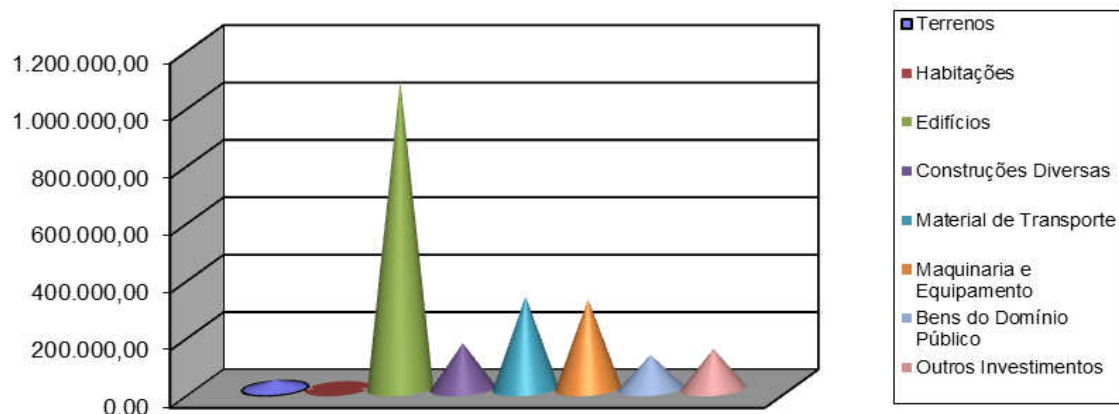
Anos	2011	2012	2013	2014	2015
Rubricas					
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Habitacões	5.072,67	110,69	1.624,65	619,56	0,00
Edifícios	2.436.615,25	518.085,87	633.504,05	158.636,04	1.074.061,57
Construções Diversas	208.351,62	36.562,59	49.588,44	0,00	158.451,50
Material de Transporte	80.850,38	59.408,50	22.321,02	123.098,05	321.791,59
Maquinaria e Equipamento	305.964,43	75.241,39	56.595,01	299.781,69	312.029,99
Bens do Domínio Público	1.049.530,87	2.097.709,91	1.902.043,67	867.989,37	118.512,00
Outros Investimentos	75.523,85	43.769,97	64.933,86	73.380,70	138.504,24
INVESTIMENTOS TOTAIS	4.161.909,07	2.830.888,92	2.730.610,70	1.523.505,41	2.153.350,89

Apenas relevar quatro aspetos dos valores inseridos:

- Apesar do valor pouco expressivo, no último quinquénio registou-se em 2015 pela primeira vez um valor positivo na rubrica *Terrenos*;
- Na rúbrica *Edifícios* foram investidos mais de 1 milhão de euros – o que já se não verificava desde 2011 – muito por força da construção do Centro de Educação Pré-Escolar de Alcácer do Sal (Morgadinho);
- Relativamente às *Construções Diversas* e à *Maquinaria e Equipamento* foram realizados Investimentos próximos dos valores de 2011, depois de três anos de fortes contrações neste tipo de despesa;
- Depois de três anos consecutivos em que a rubrica *Bens do Domínio Público* apareceu como a primeira prioridade dos executivos municipais, regista-se agora uma forte contração, sendo assim a prioridade municipal dirigida a outros setores do Investimento.

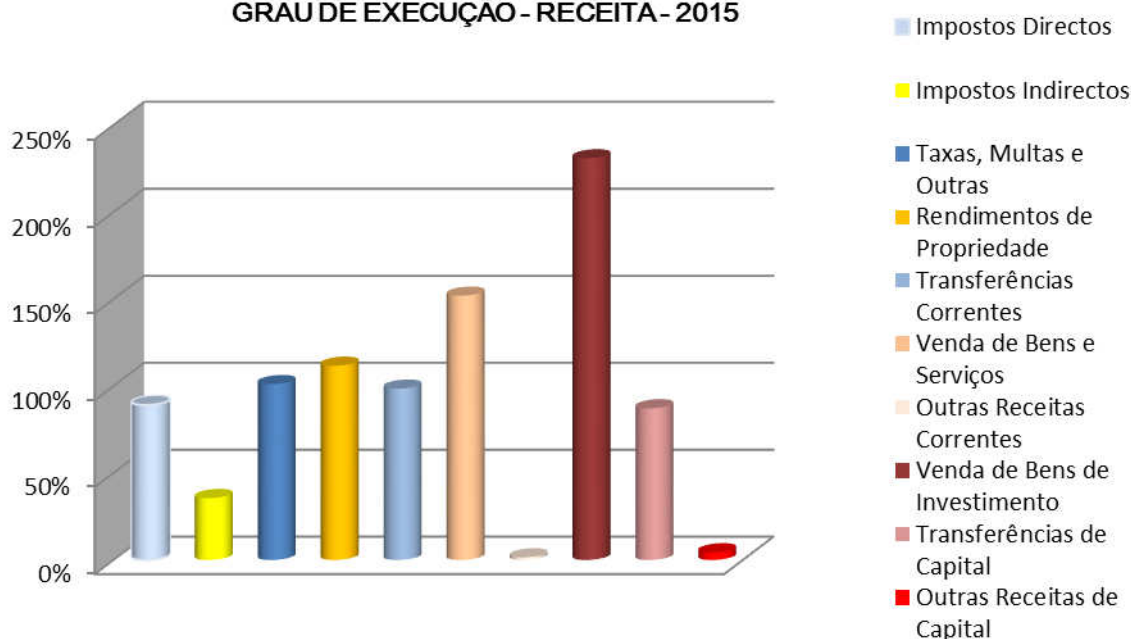
Graficamente o peso relativo de cada agregado vem evidenciado no gráfico VII seguinte:

**GRÁFICO VII
INVESTIMENTO**



Ao longo das páginas anteriores referimo-nos aos resultados financeiros obtidos pelo Município no exercício em apreço. Chegou agora o momento de conferir as previsões e os respectivos resultados. Nesse sentido, considerem-se os dados referidos nos gráficos VIII e IX, onde se dá conta dos diversos graus de execução obtidos nas diferentes desagregações consideradas:

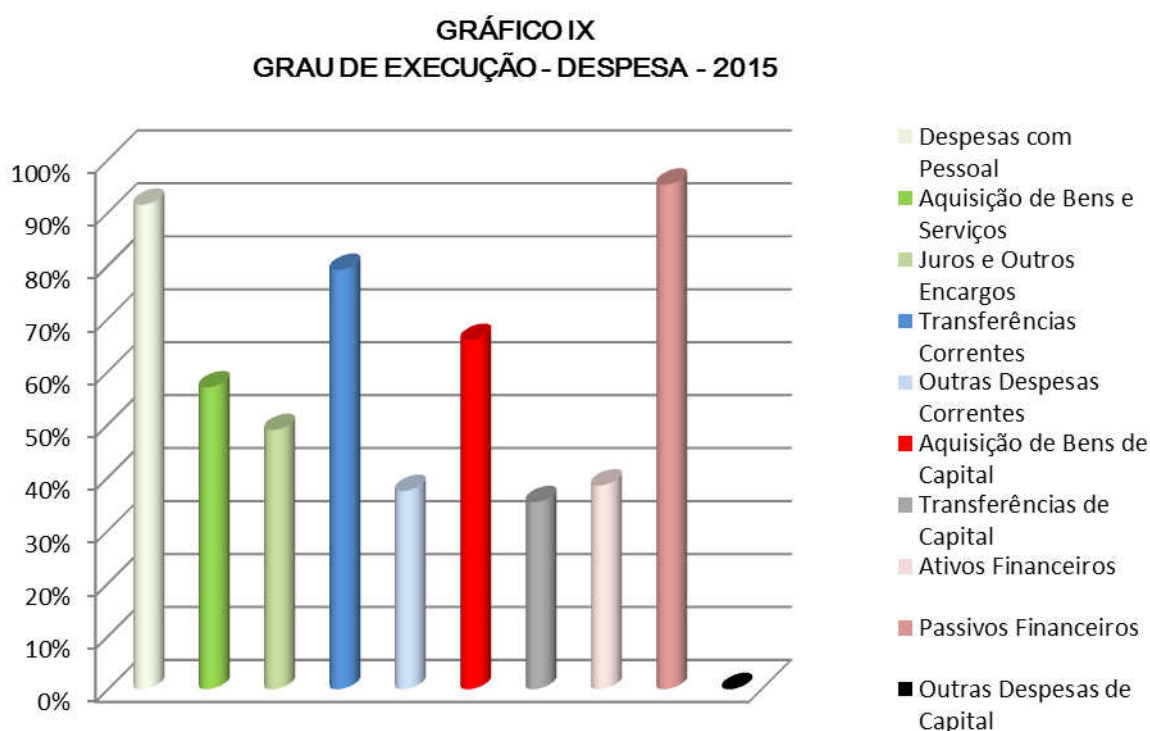
**GRÁFICO VIII
GRAU DE EXECUÇÃO - RECEITA - 2015**



Globalmente o grau de execução da **Receita** foi de **78,37%** dos valores previstos e corrigidos, melhor que os 73,79% de 2014, mas ainda assim não sendo possível cumprir a norma a que se refere o n.º 3 do artigo 56º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. Duas componentes ultrapassaram expressivamente o total da execução corrigida prevista – a **Venda de Bens e Serviços** e a **Venda de Bens de Investimento**. Negativamente, para além das rubricas residuais, registre-se o comportamento dos **Impostos Indiretos**.

No gráfico supra os tons vermelhos correspondem à área de capital e os tons azuis e amarelos à área corrente.

Veja-se agora idêntico gráfico, mas do lado da **Despesa**:

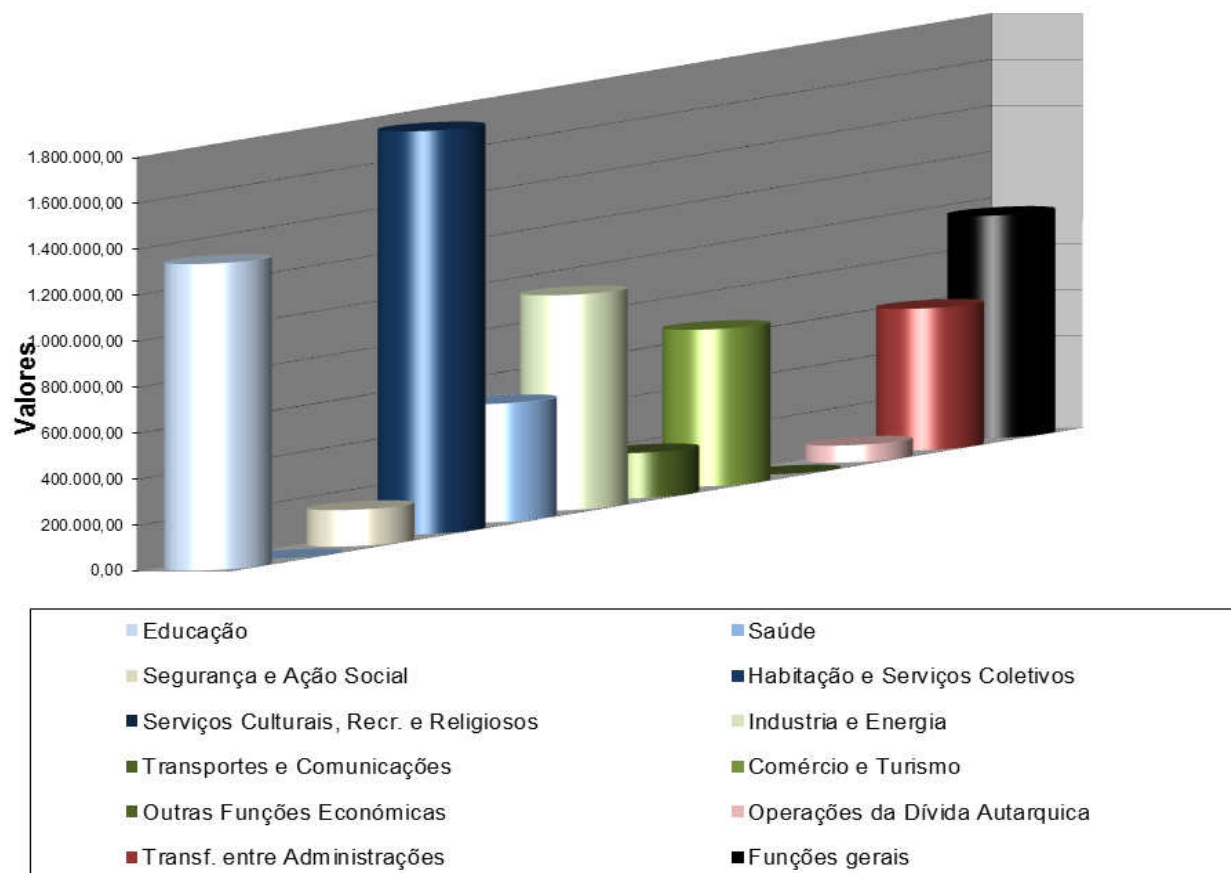


Nesta área das **Despesas** o grau de execução ficou-se por cerca de 70,57%, em resultado dum inferior – em cerca de 7% – grau de execução da **Despesa Corrente** e dum incremento substancial da **Despesa de Capital** – em cerca de 22,5%. Os tons vermelhos e preto referem-se, no gráfico, às **Despesas de Capital**. Naturalmente e como é sabido e já anteriormente se tinha esclarecido, nesta área não é legalmente possível ir além do orçamento corrigido, ou seja o grau de execução tem de ser igual ou menor que 100%.

Antes de apresentar o gráfico de afetação funcional, importa realçar que o Município de Alcácer do Sal em 2015 cumpriu o Equilíbrio Orçamental previsto no artigo 40º da Lei 72/2013 de 03 de setembro, excedendo aliás em mais de 700 mil euros o valor mínimo necessário.

Finalmente, o gráfico X inserido na página seguinte, dá-nos a perspetiva visual da forma como a execução orçamental onerou as diversas funções cometidas a esta autarquia, mantendo-se, tal como no ano transato, o agregado *Habituação e Serviços Coletivos* como o principal destino dos recursos utilizados e, juntamente com a *Educação*, as duas únicas funções onde se aplicaram mais de 1 milhão de euros:

GRÁFICO X
SINTESE DA SITUAÇÃO FUNCIONAL



3 - ANÁLISE NA ÓPTICA PATRIMONIAL

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através da Resolução n.º1/2004 inclui nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica.

O Balanço e a Demonstração de Resultados e respetivos anexos, constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia no princípio da especialização dos exercícios.

Se por um lado, a execução orçamental reflete os comportamentos da receita e da despesa do exercício económico, por outro lado, o Balanço e a Demonstração de Resultados dão a conhecer a atividade do município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

A presente análise tem como suporte o Balanço e as Demonstrações Financeiras do Município de Alcácer do Sal referentes ao exercício de 2015 e procura refletir a situação financeira e patrimonial, comparando o ativo e o passivo para apurar o valor e natureza dos Fundos Próprios, ou seja, a situação líquida do Município.

Para uma melhor compreensão das rúbricas a analisar neste relatório, apresentamos a definição de alguns conceitos contabilísticos.

O **Balanço** é o mapa contabilístico que relata a posição financeira e patrimonial de uma entidade reportado ao final de um exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da entidade.

A comparação entre o ativo e o passivo dá-nos a conhecer o valor e a natureza da situação líquida, evidenciando a situação patrimonial da organização, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações que lhe estão afetos.

O **Ativo** corresponde à componente positiva do balanço patrimonial de uma autarquia. Conforme modelo definido pelo POCAL, do ativo obtém-se informação do valor bruto (AB), dos ajustamentos e desgastes acumulados (AP) e do valor líquido (AL), referentes ao exercício em análise, bem como do valor líquido do ano anterior.

O ativo, é o conjunto dos bens e direitos da entidade, sendo esta massa patrimonial dividida em três grupos:

Ativo Circulante, que corresponde aos meios monetários (disponibilidades) e outros elementos do ativo que se preveem ser transformados em meios monetários no prazo de um ano, (existências e dívidas a receber);

Ativo Fixo, que corresponde aos elementos do ativo que permanecem na entidade por períodos superiores a um ano, sendo constituído pelo Imobilizado (bens do domínio público, corpóreo, incorpóreo e financeiro) e eventualmente dívidas a receber de médio e longo prazo;

Acréscimos e Diferimentos, que correspondem a custos diferidos e a acréscimo de proveitos, por obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício.

O **Passivo** representa as obrigações do Município provenientes da sua atividade, correspondem à componente negativa do balanço da autarquia, sendo constituído por três grandes áreas componentes:

Passivo circulante, constituído pelas obrigações que se vencem no prazo de um ano, (dívidas a fornecedores, Estado, etc.);

Passivo de médio e longo prazo, corresponde às obrigações que se vencem num prazo superior a um ano, (normalmente dívidas a instituições de crédito);

Acréscimos e Diferimentos, que correspondem a proveitos diferidos e a acréscimos de custos, também em obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício;

Os Fundos Próprios representam a diferença entre o Ativo e o Passivo de uma entidade numa determinada data, neste caso no fim do exercício de 2015, os quais também se podem designar por “ Património Líquido” .

Traduzem portanto, o conjunto de todos os bens e direitos deduzidos das obrigações da entidade, englobando o património da autarquia, bem como as reservas e os resultados transitados.

Assim, o **Balanço** reportado ao encerramento do exercício económico de 2015, é o mapa contabilístico que reflete a posição financeira e patrimonial do município.

Análise da Estrutura do Balanço

Como já foi referido, do ativo fazem parte todos os bens e direitos ao dispor do Município, que são apresentados segundo a sua natureza e por ordem crescente de liquidez, com referência ao imobilizado, às existências, às dívidas de terceiros, às disponibilidades e aos acréscimos de proveitos.

São ainda componentes do balanço, os fundos próprios e o passivo, sendo que, os fundos próprios, representam o património da autarquia, constituído por todo o património inicial apurado à data da entrada em vigor do POCAL, mais o património registado nos exercícios seguintes, bem como do

património criado em função do nível de atividade económica da autarquia e apurado através do resultado líquido do exercício; relativamente ao passivo, este representa o conjunto de todas as obrigações do Município para com terceiros e está organizado de acordo com os prazos de exigibilidade da dívida, a começar pela de médio e longo prazo, seguida da de curto prazo.

Balanço em 31 de dezembro de 2015				
Designação	2015	%	2014	%
ACTIVO				
Activo Fixo	53.266.789,76 €	92,97%	53.697.377,43 €	95,30%
Imobilizado	53.266.789,76 €		53.697.377,43 €	
Activo Circulante	3.496.207,71 €	6,10%	2.443.180,83 €	4,34%
Existências	417.461,93 €		442.735,97 €	
Dívidas de Terceiros	885.633,13 €		827.749,47 €	
Disponibilidades	2.193.112,65 €		1.172.695,39 €	
Acréscimos e diferimentos	532.999,87 €	0,93%	206.389,20 €	0,37%
TOTAL	57.295.997,34 €	100,00%	56.346.947,46 €	100,00%
Fundos Próprios	44.071.512,17 €	76,92%	43.233.796,71 €	76,73%
Património	40.796.009,91 €		40.795.069,91 €	
Reservas	776.233,07 €		776.233,07 €	
Subsídios	397.628,02 €		397.628,02 €	
Doações	308.773,61 €		240,00 €	
Resultados transitados	799.313,48 €		3.668.963,47 €	
Resultados líquidos	993.554,08 €		-2.404.337,76 €	
Passivo	1.955.836,22 €	3,41%	2.923.277,44 €	5,19%
Provisões para riscos e encargos	37.655,00 €		185.700,53 €	
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	292.428,21 €		361.710,44 €	
Dívidas a terceiros - curto prazo	1.625.753,01 €		2.375.866,47 €	
Acréscimos e diferimentos	11.268.648,95 €	19,67%	10.189.873,31 €	18,08%
TOTAL	57.295.997,34 €	100,00%	56.346.947,46 €	100,00%

Estrutura do Ativo

A composição do Ativo da Autarquia mostra que o Imobilizado absorve cerca de 93% do total do seu valor, característica esta inalterável ao longo dos diversos exercícios económicos, facto que demonstra o peso da respetiva rúbrica no Município de Alcácer do Sal.

Ainda que sem grande expressão, a evolução da rubrica face ao período homólogo foi negativa em 2%, registando, em valor absoluto, uma quebra de cerca de 430.000,00€ .

Esta diminuição em valor absoluto do Imobilizado Líquido, resultou essencialmente de valores referentes a projetos de obras que não se chegaram a concretizar ou obras de valor não substantivo que foram considerados como custos do exercício e não como aumento do Imobilizado; das amortizações do ano corrente referentes ao Imobilizado Municipal e ainda dos aumentos e alienações ocorridos no exercício de 2015.

O ativo circulante representa um peso de mais de 6% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, e apresenta um peso percentual superior ao ano 2014 que, em valor absoluto representa um incremento em cerca de 1.050.000,00€ .

O saldo final de disponibilidades ascende a 2.193.112,65€ , dos quais 1.901.035,53€ se referem a operações orçamentais, e que se propõe serem incorporados nas receitas de 2016.

O Ativo do Município aumentou cerca de 950.000,00€ no ano 2015, revelando-se determinante o aumento na rúbrica de Disponibilidades que subiu mais de 1.020.000,00€ .

Face aos constrangimentos do clima económico dos últimos anos, o Município optou por controlar os níveis da despesa ainda que se tivesse verificado uma apreciável subida da receita. Desta forma, com um aumento da receita arrecadada, as disponibilidades sofreram um forte incremento, o qual agora se reflete no crescimento do ativo.

Estrutura do Passivo

As dívidas a terceiros estão desagregadas conforme o prazo de exigibilidade.

Assistimos em 2015 à recuperação da situação financeira do Município no Curto Prazo e no Médio e Longo Prazos. Verificamos que o Passivo recua mais de 965.000,00€ face a 2014, sobretudo por reflexo da diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo que relativamente ao ano anterior sofreram uma diminuição de cerca de 750.000,00€ . Os restantes 215.000,00€ resultam da diminuição das dívidas a terceiros de médio e longo prazos e na redução de provisões para riscos e encargos advenientes de

processos judiciais em curso contra o Município, de acordo com informação prestada pelo Gabinete Jurídico.

O exercício de 2015 apresenta um resultado líquido positivo de 993.554,08. Este RLE surge pela forte diminuição do passivo por um lado, e por outro, devido ao enorme aumento – mais de 1 milhão de euros - verificado na rubrica Impostos e Taxas.

Apresentação de alguns rácios económico-financeiros:

RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	Ano	
	2015	2014
LIQUIDEZ GERAL		
Activo circulante/Passivo de curto prazo	2,15	1,03
ENDIVIDAMENTO		
Dividas a terceiros/Fundos Próprios e passivo	4,25%	6,33%
AUTONOMIA FINANCEIRA		
Fundos Próprios/Activo total	76,92%	76,73%
GRAU DE COBERTURA DO IMOBILIZADO		
Capitais Permanentes/Activo fixo	83,29%	81,19%

Análise da Liquidez

Os indicadores retratam a capacidade da autarquia para solver as suas obrigações a curto prazo, (1 ano), determinando em que grau o ativo circulante oferece cobertura ao exigível a curto prazo.

O rácio de Liquidez Geral mede a capacidade que o Município possui para cumprir as suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste à solvabilidade de curto prazo da autarquia.

Este indicador demonstra em que medida o passivo de curto prazo está coberto pelos ativos que se esperam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num período supostamente correspondente ao do vencimento das dívidas de curto prazo.

É desejável que este rácio ultrapasse pelo menos o valor 1, significando dessa forma, que a autarquia tem pelo menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Pelos valores demonstrados no quadro anterior de Rácios Económicos e Financeiros, constatamos que o Município de Alcácer não demonstra dificuldades para satisfazer os seus compromissos de curto prazo

uma vez que o rácio apresenta um valor mais do que o dobro do valor mínimo referido, cifrando-se em 2,15.

O rácio do Endividamento indica qual a proporção que o Município utiliza de capital alheio no financiamento da sua atividade.

Relativamente a 2014 este rácio diminuiu, passando de 6,33% para 4,25%.

O rácio da Autonomia Financeira permite analisar em que percentagem é que o ativo do Município se encontra a ser financiado por capitais próprios. Pelos valores apostos no quando supra, concluímos que o rácio de autonomia financeira do Município em 2015 é idêntico ao registado em 2014 – respetivamente 76,92% e 76,73%.

O rácio do Grau de Cobertura do Imobilizado cresceu em 2015, permitindo concluir que o ativo fixo em 2015 foi financiado em 83,29% por capitais permanentes - em 2014, o indicador homólogo registou o valor de 81,19%.

De uma maneira geral os rácios inverteram a tendência de 2014, por força do crescimento do Ativo Municipal, e da diminuição do Passivo, situações às quais já se fez referência.

Ativo

Durante o exercício de 2015 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de imobilizações:

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)							
Ano: 2015							
Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliações + Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Sinistros+ Abates+ Transferências	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	406.088,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	243,61 €	406.331,64 €
452	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
453	Outras construções e infraestruturas	39.240.459,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.723.574,48 €	41.964.034,21 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	33.108,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33.108,26 €
459	Outros bens de domínio público	182.229,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	182.229,48 €
445	Imobilizações em curso	2.812.758,49 €	-135.351,13 €	112.666,26 €	0,00 €	-2.779.681,13 €	10.392,49 €
446	Adiantamentos por conta de bens domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		42.674.643,99 €	-135.351,13 €	112.666,26 €	0,00 €	-55.863,04 €	42.596.096,08 €
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	125.629,02 €	0,00 €	30.626,75 €	0,00 €	7.869,54 €	164.125,31 €
443	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
449	Adiantamentos por conta imob. incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		125.629,02 €	0,00 €	30.626,75 €	0,00 €	7.869,54 €	164.125,31 €
421	Terrenos e recursos naturais	14.061.861,75 €	940,00 €	137.000,00 €	76.664,41 €	0,00 €	14.123.137,34 €
422	Edifícios e outras construções	31.911.483,25 €	0,00 €	0,00 €	149.639,37 €	335.493,67 €	32.097.337,55 €
423	Equipamento básico	2.588.703,75 €	0,00 €	139.451,61 €	0,00 €	5.158,00 €	2.733.313,36 €
424	Equipamento de transporte	3.562.824,24 €	0,00 €	240.566,23 €	0,00 €	0,00 €	3.803.390,47 €
425	Ferramentas e utensílios	402.862,46 €	0,00 €	18.021,74 €	0,00 €	-355,33 €	420.528,87 €
426	Equipamento administrativo	655.077,83 €	0,00 €	11.629,23 €	0,00 €	-6.997,72 €	659.709,34 €
427	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras imobilizações corpóreas	1.043.071,07 €	0,00 €	109.021,99 €	0,00 €	-29,88 €	1.152.063,18 €
442	Imobilizações em curso	453.170,47 €	-98.395,57 €	1.117.769,03 €	0,00 €	-248.757,22 €	1.223.786,71 €
448	Adiantamentos por conta imob. corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		54.679.054,82 €	-97.455,57 €	1.666.459,83 €	226.303,78 €	84.511,52 €	56.213.266,82 €
4112	Partes de capital	174.579,26 €	0,00 €	66.685,00 €	0,00 €	-241.264,26 €	0,00 €
4122	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	829.581,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	829.581,34 €
4141	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	981.453,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	981.453,77 €
4142	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	138.808,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	138.808,24 €
4151	Outras aplic. financeiras - Dep. inst. financ.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4152	Outras aplic. financeiras - T. dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
441	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
447	Adiantamentos por conta invest. financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		2.124.422,61 €	0,00 €	66.685,00 €	0,00 €	-241.264,26 €	1.949.843,35 €

O Imobilizado Bruto do Município registou um aumento de 1.319.581,12€ no ano de 2015 face a 2014.

Amortizações e Provisões

Ano: 2015					
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
452	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
453	Outras construções e infraestruturas	28.402.906,02 €	955.396,07 €	-3.873,70 €	29.354.428,39 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	10.280,01 €	1.521,19 €	0,00 €	11.801,20 €
459	Outros bens de domínio público	91.470,04 €	9.306,43 €	0,00 €	100.776,47 €
Total		28.504.656,07 €	966.223,69 €	-3.873,70 €	29.467.006,06 €
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	118.715,77 €	21.955,76 €	0,00 €	140.671,53 €
Total		118.715,77 €	21.955,76 €	0,00 €	140.671,53 €
421	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
422	Edifícios e outras construções	10.618.502,66 €	621.814,10 €	-172.111,22 €	11.068.205,54 €
423	Equipamento básico	2.221.067,82 €	150.003,77 €	-10.461,46 €	2.360.610,13 €
424	Equipamento de transporte	2.825.290,78 €	212.997,81 €	0,00 €	3.038.288,59 €
425	Ferramentas e utensílios	374.194,45 €	14.370,75 €	-355,33 €	388.209,87 €
426	Equipamento administrativo	505.395,02 €	15.974,69 €	-6.997,72 €	514.371,99 €
427	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras imobilizações corpóreas	578.908,67 €	73.493,55 €	-29,88 €	652.372,34 €
Total		17.123.359,40 €	1.088.654,67 €	-189.955,61 €	18.022.058,46 €
411	Partes de capital	135.776,76 €	-135.776,76 €	0,00 €	0,00 €
4122	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4141	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4142	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	23.865,01 €	2.940,74 €	0,00 €	26.805,75 €
4151	Outras aplic. financeiras - Dep. em inst. financ.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4152	Outras aplic. financeiras - T. dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		159.641,77 €	-132.836,02 €	0,00 €	26.805,75 €

As Amortizações e Provisões registaram um valor semelhante ao registado no ano anterior.

O desenvolvimento e fundamentos referentes aos quadros supra, encontram-se nas “ Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados” .

Evolução das dívidas de Terceiros de Curto Prazo

As dívidas de terceiros de curto prazo têm a seguinte composição:

Dividas de terceiros - curto prazo	2015	2014	Varição %
Clientes, contribuintes, utentes	641.879,66 €	655.764,41 €	-2,12%
Estado e outros entes públicos	169.675,55 €	162.911,12 €	4,15%
Devedores e Credores Diversos - Rendas	0,00 €	0,00 €	-
Credores Transf. Autarquias Locais	0,00 €	0,00 €	-
Outros devedores	73.520,86 €	9.073,94 €	710,24%
Administração Autarquica	500,00 €	0,00 €	----
Adiantamentos a fornecedores	57,06 €	0,00 €	-
Total	885.633,13 €	827.749,47 €	6,99%

Neste capítulo surge uma ligeira variação na rubrica Clientes, Contribuintes e Utentes que face a 2014 regista uma diminuição de 2,12%.

Apesar da variação de 710% na rubrica Outros Devedores, em valor trata-se apenas de um aumento de 64.446,92€ . O ligeiro aumento registado na rubrica Estado e outros Entes Públicos, de 162.911,12€ para 169.675,55€ , é referente a IVA a Recuperar, apurado no final do 4º trimestre de 2015, e a reportar para o período seguinte.

Evolução dos Acréscimos e Diferimentos – Ativo

A rubrica Acréscimos e Diferimentos tem a seguinte composição:

Acréscimos e diferimentos - Activo	2015	2014	Varição %
Acréscimos de proveitos	529.755,26 €	178.927,09 €	196,07%
Custos diferidos	3.244,61 €	27.462,11 €	-88,19%
Total	532.999,87 €	206.389,20 €	158,25%

Estas contas destinam-se ao registo dos proveitos e custos nos exercícios a que respeitam, tendo em conta o princípio da especialização do exercício, previsto na alínea d) do ponto 3.2 do POCAL.

Em 2015, o reconhecimento de custos e proveitos que figuram no ativo fixou-se em 532.999,87€ , cabendo a Acréscimos de Proveitos o valor de 529.755,26€ e a Custos Diferidos o de 3.244,61€ . Desta forma, contribuíram para o aumento em cerca de 326 mil euros do valor do Ativo.

A conta Acréscimos de Proveitos serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, e cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores.

Os Acréscimos de Proveitos no valor de 529.755,26€ correspondem aos proveitos gerados no exercício de 2015 e que só vão ser recebidos em 2016 ou seguintes, particularmente a faturação da água dos consumos de dezembro de 2015 emitida em janeiro de 2016; os Impostos Diretos referentes ao apuramento de dezembro de 2015; as Transferências da Direção Regional de Educação do Alentejo (DREA) relativas a protocolos de colaboração, bem como, a renda anual da AGDA pela cedência de infraestruturas.

A conta Custos Diferidos, de acordo com o POCAL, compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as respetivas despesas tenham ocorrido no ano em apreço.

No caso vertente, os 3.244,61€ , referem-se à situação de seguros do Município, desde os seguros com Pessoal até aos seguros de Bens.

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios do Município ascendem em 31 de dezembro de 2015 a cerca de 44.071.512,17€ , tendo aumentado 837.715,46€ relativamente ao ano transato, essencialmente por força do RLE positivo que o Município apresenta em 2015.

Passivo

Passivo	2015	2014	Varição %
Empréstimos Bancários M/L Prazos	292.428,21 €	361.710,44 €	-19,154%
Total das dívidas a terceiros medio/longo prazo	292.428,21 €	361.710,44 €	-19,154%
Empréstimos Curto Prazo	0,00 €	0,00 €	---
Adiantamento por conta venda	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores conta corrente	54.268,94 €	512.714,63 €	-89,42%
Fornecedores - Faturas em conferência	47.295,09 €	28.335,02 €	66,91%
Clientes e Utentes c/cauções	21.393,83 €	21.393,83 €	0,00%
Adiantamento de clientes, contribuintes, utentes	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores Imobilizado	35.360,19 €	231.806,61 €	-84,75%
Estado e Outros Entes Públicos	177.132,48 €	178.127,85 €	-0,56%
Outros Credores	1.287.079,69 €	1.369.971,22 €	-6,05%
Fornecedores Vendas a Dinheiro	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores Imob. - Faturas conferência	3.222,79 €	33.517,31 €	-90,38%
Total das dívidas a terceiros a curto prazo	1.625.753,01 €	2.375.866,47 €	-31,57%
Total	1.918.181,22 €	2.737.576,91 €	-29,93%

O passivo de curto prazo do Município, a 31 de dezembro de 2015 (com exclusão de Acréscimo de Custos e de Proveitos Diferidos) ascende a 1.625.753,01€ ,verificando-se assim, face a 2014 a uma forte diminuição do Passivo de Curto Prazo em 31,57 % o qual se cifra em menos 750.000,00€ .

De salientar, neste quadro, a rubrica Fornecedores de Imobilizado que face a 2014 sofreu uma redução de 84,75% equivalentes a cerca de 200 mil euros, a rubrica Fornecedores Conta Corrente que registou um decréscimo de 89,42% na ordem dos 458 mil euros, bem como a rubrica Fornecedores de Imobilizado – Faturas em Conferência que se reduziram 90,38%, equivalentes a cerca de 30 mil euros.

Também na rubrica Outros Credores, assistimos a uma diminuição de 82.891,53€ .

O passivo total, (CP e MLP), em 2015 ascendeu a 1.918.181,22€ , tendo sofrido uma diminuição de 29,93%, (-819.395,69€), face ao ano anterior.

Evolução dos Acréscimos e Diferimentos - Passivo

Para cumprimento do princípio da especialização do exercício inclui-se nas demonstrações financeiras, no passivo do balanço, das rubricas de acréscimo de custos e de proveitos diferidos, cuja distribuição se evidencia:

Acréscimos e diferimentos - Passivo		2015	2014	Varição %
Acréscimo de Custos		1.087.938,79 €	1.123.298,33 €	-3,15%
Proveitos diferidos		10.180.710,16 €	9.066.574,98 €	12,29%
	Total	11.268.648,95 €	10.189.873,31 €	10,59%

Na conta acréscimo de custos estão contabilizados os custos a reconhecer no próprio exercício, cuja despesa só venha a ocorrer em exercícios posteriores, nomeadamente as remunerações das férias e de subsídio de férias relativas ao exercício 2015, acrescidas dos respetivos encargos sociais, cujo processamento e pagamento terão lugar apenas em 2016, bem como outras despesas, de menor impacto como por exemplo, as despesas com comunicações, combustíveis e energia, referentes a consumos de 2015 cujo pagamento ocorrerá em 2016.

A conta proveitos diferidos compreende os valores arrecadados no exercício de 2015 ou em exercícios anteriores, cujos proveitos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, nomeadamente os subsídios para investimento.

Em 2015, o aumento na ordem de 1.114.000,00€ verificada, ficou a dever-se sobretudo às participações dos Fundos Comunitários previstas do Centro Pré-escolar do Morgadinho e da Requalificação Urbana de Espaços Públicos da Margem Norte do Rio Sado.

Endividamento

Médio e Longo Prazo

No exercício de 2015 o Município não contratou novos empréstimos de médio/longo prazo, e porque amortizou dentro dos prazos acordados, todos os compromissos referentes aos empréstimos em vigor, verificou-se uma redução desta componente no valor de 69.282,23€ .

No final do exercício de 2015 o endividamento de MLP ascende apenas a 292.428,21€ .

Limites de Endividamento Municipal

Nos termos do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais) consideram-se os limites da Dívida Total para 2015:

“ 1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 — Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto” , republicada em anexo pela Lei n.º20/2015, de 9 de março.

Os limites da dívida Total em 2015, para o Município de Alcácer do Sal, conforme informação fornecida pela DGAL que consta da Ficha do Município - 4º trimestre 2015, de acordo com o previsto no artigo 52º da Lei 73/2013 de 03 de setembro são os seguintes:

- o limite da Dívida Total foi fixado em 20.257.280,28€ ;

- a Dívida Total municipal foi de 874.203,00€ ;

- a Dívida Total municipal (excluindo empréstimos) foi de 581.775,00€ ;

-ficando assim uma margem absoluta de 19.383.077,00€ . Contudo, em face das normas legais aplicáveis, a margem utilizável é de 4.703.619,00€

Destaca-se o valor da Dívida Total municipal registado em 2015, que diminuiu para quase de metade quando comparado com 2014, (- 50,18%).

Podemos assim inferir que o Município de Alcácer do Sal, possui uma posição bastante cómoda quanto às matérias relacionadas com os limites da Dívida Total, fixados para o ano de 2015.

Demonstração dos Resultados

A Demonstração de Resultados é o mapa contabilístico que relata o desempenho económico de uma entidade, normalmente reportado ao final do exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os custos e perdas e os proveitos e ganhos, classificados por naturezas, o que nos permite obter separadamente, os diferentes tipos de resultados, a saber: operacionais, financeiros, correntes, (operacionais + financeiros), extraordinários e os líquidos, evidenciando o RLE – Resultado Líquido do Exercício.

Os resultados económicos do Município representam a diferença entre os proveitos e os custos e são apresentados de forma resumida na demonstração de resultados por natureza.

Em 2015, o Município de Alcácer do Sal encerrou as suas contas com um Resultado Líquido positivo de 993.554,00€ , encontrando-se a Demonstração dos Resultados por natureza, sintetizada no seguinte quadro:

Demonstração dos Resultados (por natureza):

Resumo da Demonstração de Resultados	2015	2014
Resultados Operacionais	-700.898,78 €	-3.274.494,71 €
Resultados Financeiros	777.907,43 €	660.684,65 €
Resultados Correntes	77.008,65 €	-2.613.810,06 €
Resultados Extraordinários	916.545,43 €	209.472,30 €
Resultado Líquido do Exercício	993.554,08 €	-2.404.337,76 €

Resultados Operacionais

Os proveitos e ganhos operacionais ascenderam a 14.584.427,97€ e os custos operacionais a 15.285.326,75€ , dando origem a um resultado operacional negativo de 700.989,78€ , recuperando substancialmente dos valores registados em 2014. Estes Proveitos e Ganhos foram influenciados pelo bom desempenho dos proveitos operacionais, nomeadamente na rubrica Impostos e Taxas que recuperou cerca de 1.040.000,00€ face a 2014; pela subida em cerca de 500.000,00€ , que a rubrica Venda de Bens e Prestação de Serviços registou, e ainda pelo aumento das Transferências Obtidas da Administração Central em cerca de 375.000,00€ .

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

Proveitos Operacionais	2015		2014		Variação %
	Valor	%	Valor	%	
Venda de Bens e Prestação de Serviços	1.446.518,66 €	9,92%	947.638,38 €	7,48%	52,64%
Impostos e Taxas	3.532.020,81 €	24,22%	2.489.700,29 €	19,64%	41,87%
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00 €	0,00%	6.936,72 €	0,05%	-100,00%
Proveitos Suplementares	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Transferências e Subsídios Obtidos	9.605.888,50 €	65,86%	9.230.372,45 €	72,83%	4,07%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Total	14.584.427,97 €	100,00%	12.674.647,84 €	100,00%	15,07%
Custos Operacionais	2015		2014		Variação %
	Valor	%	Valor	%	
CMVMC	544.595,41 €	3,56%	723.236,70 €	4,53%	-24,70%
Fornecimento e Serviços Externos	4.760.158,92 €	31,14%	5.038.522,06 €	31,59%	-5,52%
Custos com Pessoal	6.857.580,78 €	44,86%	6.922.314,07 €	43,40%	-0,94%
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	816.622,12 €	5,34%	802.883,44 €	5,03%	1,71%
Amortizações do Exercício	2.076.834,12 €	13,59%	2.184.407,61 €	13,70%	-4,92%
Provisões do Exercício	38.312,76 €	0,25%	217.059,24 €	1,36%	-82,35%
Outros Custos e Perdas Operacionais	191.222,64 €	1,25%	60.719,43 €	0,38%	214,93%
Total	15.285.326,75 €	100,00%	15.949.142,55 €	100,00%	-4,16%

Resumo:

Resultados Operacionais	2015	2014	Variação %
Custos e Perdas Operacionais	15.285.326,75 €	15.949.142,55 €	-4,16%
Proveitos e Ganhos Operacionais	14.584.427,97 €	12.674.647,84 €	15,07%
Total	-700.898,78 €	-3.274.494,71 €	-78,60%

Da análise do quadro anterior verifica-se que, no período em análise (2015), e face a 2014, os custos operacionais sofreram uma diminuição em cerca de 4% e os proveitos operacionais sofreram uma substancial subida de 1.909.780,13€ , na ordem dos 15%.

A rubrica Transferências e Subsídios Obtidos, que em 2015 representa 65,86% da totalidade dos proveitos operacionais, apresenta um acréscimo de 375.516,05€ relativamente a 2014.

Esta percentagem, continuamente elevada, demonstra de forma inequívoca a dependência do Município face às transferências provenientes do Orçamento de Estado e de Fundos Comunitários relativamente a Projetos Co-Financiados.

Em 2015 o CMVMC cifrou-se em 544.595,41€ , diminuindo 178.641,29€ face a 2014 do valor de existências imputadas a custos.

A rubrica FSE face a 2014 registou uma diminuição de 5,52%, traduzindo-se em menos 278.363,14€ .

Quanto à rubrica Transferência e Subsídios Correntes concedidos, o valor de 816.622,12€ compara com os 802.883,44€ registados em 2014 e agrega os diversos apoios financeiros no âmbito da educação, ação social, desporto, cultura, associativismo etc., que o Município decidiu atribuir a variadas entidades do Concelho de Alcácer do Sal, com o objetivo de financiar a dinamização das suas atividades.

A diminuição das provisões no exercício de 2015, que aligeirou os custos operacionais, ascendeu a 178.746,48€ . Este valor refere-se sobretudo ao ajustamento das provisões sobre os eventuais encargos advenientes de processos judiciais em curso contra o Município, face a novas estimativas dessas mesmas responsabilidades.

Os custos operacionais em 2015 apresentam o valor de 15.285.326,75€ , sendo as rubricas com maior peso os Custos com Pessoal, com 44,86% e os FSE que relevam com 31,14% para o total dos custos operacionais.

Resultados Financeiros

Proveitos Financeiros	2015		2014		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Juros obtidos	103,02 €	0,01%	1.962,68 €	0,24%	-94,75%
Ganhos em entidades participadas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	----
Rendimentos de imóveis	857.065,55 €	99,84%	830.450,46 €	99,53%	3,20%
Outros proveitos e ganhos financeiros	1.280,01 €	0,15%	1.981,62 €	0,24%	-35,41%
Total	858.448,58 €	100,00%	834.394,76 €	100,00%	2,88%
Custos Financeiros	2015		2014		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Juros Suportados	4.748,51 €	5,90%	32.616,41 €	18,78%	-85,44%
Amortizações de investimentos em imóveis	2.940,74 €	3,65%	2.940,74 €	1,69%	0,00%
Provisões para aplicações financeiras	66.685,00 €	82,80%	135.776,76 €	78,16%	----
Outros custos e perdas financeiras	6.166,90 €	7,66%	2.376,20 €	1,37%	159,53%
Total	80.541,15 €	100,00%	173.710,11 €	100,00%	-53,63%

Resumo:

Resultados Financeiros	2015	2014	Variação %
Custos e Perdas Financeiros	80.541,15 €	173.710,11 €	-53,63%
Proveitos e Ganhos Financeiros	858.448,58 €	834.394,76 €	2,88%
Total	777.907,43 €	660.684,65 €	17,74%

Os Resultados Financeiros apresentam valores positivos. De salientar a diminuição dos custos e perdas financeiros na ordem dos 93.000,00€ face a 2014, como resultado de menores necessidades de constituir provisões em 2015 face ao verificado no ano anterior; e do retrocesso da verba despendida com juros suportados relativos a empréstimos de MLP em menos 28.000,00€ .

Quanto aos proveitos e ganhos financeiros em 2015 regista-se que os mesmos cresceram cerca de 3% face aos resultados do ano anterior.

Os Resultados Financeiros em 2015 apresentam um valor de 777.907,43€ , verificando-se um aumento em cerca de 18% face a 2014.

Resultados Extraordinários

Proveitos Extraordinários	2015		2014		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Ganhos em existências	1,00 €	0,00%	22.328,82 €	3,90%	-100,00%
Ganhos em imobilizações	166.757,78 €	11,14%	17.648,38 €	3,08%	844,89%
Benefícios de penalidades contratuais	74.742,41 €	5,00%	56.651,87 €	9,89%	31,93%
Reduções de amortizações e provisões	642.045,85 €	42,91%	13.616,42 €	2,38%	4615,23%
Correcções relativas a exercicios anteriores	187.543,34 €	12,53%	8.304,69 €	1,45%	2158,28%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	425.232,81 €	28,42%	454.250,99 €	79,30%	-6,39%
Total	1.496.323,19 €	100,00%	572.801,17 €	100,00%	161,23%
Custos Extraordinários	2015		2014		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Transferencias de capital concedidas	55.000,00 €	9,49%	165.500,00 €	45,55%	-66,77%
Dividas incobráveis	199,60 €	0,03%	0,00 €	0,00%	----
Perdas em existencias	3.288,79 €	0,57%	1.138,51 €	0,31%	188,87%
Perdas em imobilizações	483.107,68 €	83,33%	195.547,71 €	53,82%	147,05%
Multas e penalidades	0,00 €	0,00%	250,00 €	0,07%	-100,00%
Correcções relativas a exercicios anteriores	86,60 €	0,01%	892,65 €	0,25%	-90,30%
Outros custos e perdas extraordinários	38.095,09 €	6,57%	0,00 €	0,00%	-----
Total	579.777,76 €	100,00%	363.328,87 €	100,00%	59,57%

Resumo:

Resultados Extraordinários	2015	2014	Variação %
Custos e Perdas Extraordinários	579.777,76 €	363.328,87 €	59,57%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.496.323,19 €	572.801,17 €	161,23%
Total	916.545,43 €	209.472,30 €	337,55%

Os resultados extraordinários em 2015 apresentam o valor de 916.545,43€ , evidenciando um aumento de 377,55% relativamente a 2014.

Podemos concluir pela análise do quadro anterior, que os Custos e Perdas Extraordinários cresceram cerca de 216.000,00€ , tal como os Proveitos e Ganhos Extraordinários que registaram um substancial aumento de cerca de 923.000,00€ , originando assim um aumento dos Resultados Extraordinários.

Os custos e perdas extraordinários contemplam sobretudo, todos os protocolos celebrados pelo Município com as diversas Instituições do Concelho, de forma a contribuir financeiramente para obras de construção, melhoria e ampliação das instalações dessas mesmas Instituições, nomeadamente 30 mil

euros para a execução de obras de ampliação da sede da Associação de Apoio Social de Casebres; e cerca de 25 mil euros referentes ao apoio à construção do Polidesportivo da Carrasqueira. No entanto o facto determinante do valor do aumento dos Custos e Perdas extraordinários foi o processo de extinção da EMSUAS, que, só por si, representa cerca de 190 mil euros.

Quanto ao aumento verificado nos proveitos e ganhos extraordinários, destaca-se a anulação de provisões por força da reconciliação dos saldos entre as aplicações da Contabilidade e das Águas do Município e o ajustamento das provisões para processos judiciais, já anteriormente referido.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3.3 do POCAL, Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 “ Resultados Transitados” , (ou Resultado Líquido do Exercício), o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do Património;
- b) Constituição ou Reforço de Reservas.

No ponto 2.7.3.4, refere-se a obrigatoriedade de reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 “ Património” , corresponda a 20% do ativo líquido. Para o Município de Alcácer do Sal esta obrigatoriedade não se impõe, dado que, o saldo da conta 51 é superior a 20% do ativo líquido.

Refere ainda no ponto 2.7.3.5, que deve constituir-se o reforço anual da conta 571 “ Reservas Legais” , no valor mínimo de 5% do RLE.

Nestes termos, e visto o RLE apurado no exercício de 2015 ter o valor de 993.554,08€ , propõe-se a sua aplicação da seguinte forma:

- Reservas Legais: 49.677,70€
- Resultados Transitados: 943.876,38€ .

Alcácer do Sal, 1 de Abril de 2016